declarada a nulidade do auto de infração quando constatada nos autos incompatibilidade dos documentos levados a efeito com a conclusão da infração descrita e de documentos que sustentem a improcedência do crédito tributário. 2. Recurso conhecido e, em preliminar, pela nulidade do auto de infração. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 22/07/2020.

ACÓRDÃO N. 7474 – 1ª CPJ. RECURSO N. 17175 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 182017510000134-2). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: ICMS. IMPORTAÇÃO. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. 1. Não há que se falar em nulidade da decisão quando fundamentada na legislação. 2. A redução da base de cálculo prevista no Convênio ICMS n. 52/1991 não se aplica às operações de importação de mercadoria. 3. Deixar de recolher ICMS relativo a operação de importação, por falta de previsão na legislação, constitui infração fiscal, sujeitando-se o contribuinte às penalidades legais independentemente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 22/07/2020.

ACÓRDÃO N.7473 – 1ª. CPJ. RECURSO N. 17173 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 182017510000134-2). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOAO SCHUBER. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. Deve ser excluída da atuação valores que têm como objetos fatos geradores relativos a períodos abrangidos pela decadência nos termos do art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 22/07/2020.

ACÓRDÃO N.7472 – 1ª. CPJ. RECURSO N. 17711 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172016510000176-7). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. RECEBER E ESTOCAR MERCADORIA DESCOMPANHADA DE DOCUMENTO FISCAL HÁBIL. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUE. 1. Será prescindível qualquer diligência quando os autos se apresentarem ao julgador com os elementos de convicção já formalizados, não se constituindo o fato em cerceamento de defesa. Preliminar rejeitada. 2. Receber, estocar e depositar mercadoria desacompanhada de documento fiscal hábil, entendendo-se como tal a falta de emissão do mesmo, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais, independente do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 22/07/2020.

ACÓRDÃO N.7471 – 1ª. CPJ. RECURSO N. 16185 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172016510000034-5). CONSELHEIRO RELATOR: HÉLDER BOTELHO FRANCÉS. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. Omitir informações econômico-fiscais exigidas pela legislação tributária vigente, deixando de retificá-las após o último dia do mês da data prevista para entrega da declaração, constitui infração e sujeita a penalidade. 2. Deve ser aplicada a retroatividade benéfica estatuída na Lei n. 8.877/2019 aos recursos pendentes de julgamento. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 20/07/2020.

ACÓRDÃO N.7470 – 1ª. CPJ. RECURSO N. 16183 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172016510000033-7). CONSELHEIRO RELATOR: HÉLDER BOTELHO FRANCÉS. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. Omitir informações econômico-fiscais exigidas pela legislação tributária vigente, deixando de retificá-las após o último dia do mês da data prevista para entrega da declaração, constitui infração e sujeita a penalidade. 2. Deve ser aplicada a retroatividade benéfica estatuída na Lei n. 8.877/2019 aos recursos pendentes de julgamento. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 20/07/2020.

ACÓRDÃO N.7469 – 1ª. CPJ. RECURSO N. 14089 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 072016510001800-4). CONSELHEIRO RELATOR: HELDER BOTELHO FRANCÉS. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. Descabe ao TARF apreciar razões relativas à validade/constitucionalidade da legislação tributária. 2. Tem precedência na ordem de julgamento o AINF lavrado antes de outro que cobra o mesmo período de referência. 3. Deve ser afastado da exigência fiscal o valor exigido em outro AINF, referente ao mesmo período e indicado como omissão para a mesma DIF. 4. Omitir ou fornecer informações econômico-fiscais exigidas pela legislação tributária vigente, deixando de retificá-las após o último dia do mês da data prevista para entrega da declaração, constitui infração e sujeita a penalidade. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 20/07/2020.

ACÓRDÃO N.7468 – 1ª. CPJ. RECURSO N. 14087 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 072015510009926-0). CONSELHEIRO RELATOR: HELDER BOTELHO FRANCÉS. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. Descabe ao TARF apreciar razões relativas à validade/constitucionalidade da legislação tributária. 2. Omitir ou fornecer informações econômico-fiscais exigidas pela legislação tributária vigente, deixando de retificá-las após o último dia do mês da data prevista para entrega da declaração, constitui infração e sujeita a penalidade. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 20/07/2020.

ACÓRDÃO N. 7467 – 1ª CPJ. RECURSO N. 14081 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 072015510000083-3). CONSELHEIRO RELATOR: HÉLDER BOTELHO FRANCÉS. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. Descabe ao TARF apreciar razões relativas à validade/constitucionalidade da legislação tributária. 2. Tem precedência na ordem de julgamento o AINF lavrado antes de outro que cobra o mesmo período de referência. 3. Omitir ou fornecer informações econômico-fiscais exigidas pela legislação tributária

vigente, deixando de retificá-las após o último dia do mês da data prevista para entrega da declaração, constitui infração e sujeita a penalidade. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 20/07/2020.

ACÓRDÃO N. 7466 – 1ª CPJ. RECURSO N. 13109 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 092011510000292-3). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. O recolhimento do tributo devido, extingue o lançamento tributário constante do AINF. 2. Comprovado, por diligência fiscal o recolhimento do tributo, inexistente infringência à legislação de regência. 3. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 20/07/2020.

ACÓRDÃO N.7465 – 1ª. CPJ. RECURSO N. 13107 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 092011510000292-3). CONSELHEIRO RELATOR: VILSON JOÃO SCHUBER. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. Deve ser excluída da atuação valores que tem como objeto fatos geradores relativos a períodos abrangidos pela decadência nos termos do art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME / UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 20/07/2020.

ACÓRDÃO N.7464 – 1ª. CPJ. RECURSO N. 16727 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 102015510000026-1). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS – AUTO DE INFRAÇÃO. PRELIMINARES REJEITADAS. DILIGÊNCIAS REJEITADAS. CRÉDITO PRESUMIDO SEM COMPROVAÇÃO DE SUA ORIGEM. 1. Rejeitadas as preliminares de nulidade do Auto de Infração e Notificação Fiscal – AINF quando constatado que o lançamento fiscal contém todos elementos necessários para compreender a cobrança tributária. 2. Não há necessidade de diligências fiscais quando dos autos constar todos os elementos necessários para prolação da decisão. 3. A ausência de comprovação do direito ao crédito presumido torna sua utilização indevida. 4. Deixar de recolher o ICMS relativo às operações com mercadorias constitui infração à legislação tributária sujeita à penalidade administrativa, sem prejuízo do recolhimento do imposto devido. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 20/07/2020.

ACÓRDÃO N. 7463 – 1ª CPJ. RECURSO N. 15981 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 072015510001154-1). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL HISSA MAIA. EMENTA: ICMS – CONTADOR ELETRÔNICO DE ABATE/BENEFÍCIO FISCAL DE CRÉDITO PRESUMIDO. OPERAÇÃO SOCIETÁRIA DE INCORPORAÇÃO. 1. A operação societária de incorporação de pessoa jurídica/contribuinte do ICMS que possuía Contador Eletrônico de Abate e sua autorização de uso importa em aquisição patrimonial do equipamento sem, contudo, transferir o ato administrativo de autorização à incorporadora que, para usar do equipamento adquirido e gozar dos benefícios fiscais a ele atrelados, deve efetuar pedido prévio e específico ao órgão competente da Secretaria de Fazenda do Estado do Pará - SEFA/PA, nos termos da legislação tributária estadual (RICMS-PA). 2. Deixar de recolher o ICMS da operação, em virtude da utilização indevida de crédito presumido, configura infração fiscal sujeita à penalidade legalmente prevista, independentemente do recolhimento do imposto devido. 3. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 20/07/2020. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Alberto Augusto Velho Vilhena Junior, pelo conhecimento e improvido do recurso.

ACÓRDÃO N. 7462 – 1ª CPJ. RECURSO N. 16687 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 072015510001126-6). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. CONSELHEIRO DESIGNADO: HÉLDER BOTELHO FRANCÉS. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. Deixar de recolher ICMS na condição de substituído tributário, relativo à diferença de ICMS resultante da não inclusão na base de cálculo da substituição tributária do valor correspondente ao frete interno, constitui infração sujeita à penalidade. 2. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheira Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo conhecimento e improvido do recurso, para ratificar a decisão recorrida. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 15/07/2020.

ACÓRDÃO N. 7461 – 1ª CPJ. RECURSO N. 15681 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 042015510000274-6). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. CONSELHEIRO DESIGNADO: HÉLDER BOTELHO FRANCÉS. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. Deixar de recolher ICMS na condição de substituído tributário, relativo à diferença de ICMS resultante da não inclusão na base de cálculo da substituição tributária do valor correspondente ao frete interno, constitui infração sujeita à penalidade. 2. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheira Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo conhecimento e, em preliminar, pela nulidade do AINF. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 15/07/2020.

ACÓRDÃO N. 7460 – 1ª CPJ. RECURSO N. 15571 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 042015510000205-3). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. CONSELHEIRO DESIGNADO: HÉLDER BOTELHO FRANCÉS. EMENTA: ICMS – Auto de Infração. 1. Deixar de recolher ICMS na condição de substituído tributário, relativo à diferença de ICMS resultante da não inclusão na base de cálculo da substituição tributária do valor correspondente ao frete interno, constitui infração sujeita à penalidade. 2. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheira Maria de Lourdes Magalhães Pereira, pelo conhecimento e, em preliminar, pela nulidade do AINF. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/07/2020. DATA DO ACÓRDÃO: 15/07/2020.